

RESENHA/REVIEW

CASTRO, Yeda Pessoa de 2002. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Secretária da Cultura do Estado de Minas Gerais. 240 p.

Resenhado por: DANTE LUCCHESI  
(UFBA – CNPq)

**Palavras-chave:** *Línguas africanas; Escravidão; História do Brasil.*  
**Key-words:** *African Languages; Slavery; History of Brazil.*

Com a cuidadosa edição da etnolingüista Yeda Pessoa de Castro do manuscrito de Antônio da Costa Peixoto, datado de 1741 e intitulado *Obra nova da língua geral de mina*, guardado no acervo da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, o público leitor brasileiro passa a ter acesso direto a um valioso flagrante da vida e da cultura da sociedade brasileira do ciclo do ouro, bem como de um importante documento que importa tanto para registrar a diversidade de nossa formação lingüística, quanto para a reconstituição da história das línguas africanas. E como a língua é a expressão maior da cultura, temos na edição desse manuscrito um pungente retrato da sociedade colonial brasileira que se formou em torno do ciclo econômico do ouro.

A descoberta das minas de ouro e diamantes nos sertões de Minas Gerais, na passagem do século XVII para o XVIII vai desencadear um ciclo econômico que produziu significativas mudanças no cenário sócio-econômico do Brasil. Durante o período que vai de 1700 a 1800, a população do país cresce quase onze vezes, passando de cerca de 300 mil para mais de três milhões de habitantes. Integram-se, assim, as ilhas isoladas de povoamento que caracterizavam a ocupação do território brasileiro até então, e o país assiste a um surto inédito de urbanização em torno da abundante riqueza dos metais e pedras preciosas. Vila Rica (atual Ouro Preto) torna-se o centro urbano dessa civilização do ouro que floresceu no interior do Brasil, nas montanhas de Minas Gerais. Em algumas poucas

décadas, a população da vila atingiu a impressionante cifra de cem mil habitantes. E como observou o jesuíta Antonil (1955: 185-6), a população da então Vila Rica do Ouro Preto era constituída “de toda a condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus; seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa”, todos acorrendo em busca da fortuna rápida, atraídos pelo brilho reluzente do ouro. Dessa forma, o Brasil tem a sua primeira experiência verdadeiramente urbana. Como bem salientou José Guilherme Merquior (1977: 24), “o esboço da divisão do trabalho e o aparecimento de profissões liberais, de uma magistratura, de uma milícia retiram à cidade – a Vila Rica, o Rio dos vice-reis – o seu antigo aspecto de mero satélite do mundo rural. Nos colégios religiosos citadinos se educam, antes de seguir para Coimbra, clérigos e bacharéis abertos às idéias francesas, ao enciclopedismo progressista, aliado na Península ao despotismo reformador”. Esse ambiente urbano será o solo fértil para o surgimento das academias – conferindo à produção literária brasileira uma organicidade sistêmica até então inexistente (cf. Candido 1975) –, bem como para os movimentos indenpendentistas, que culminaram com a Inconfidência Mineira, violentamente reprimida pela coroa portuguesa, em 1789.

Por outro lado, não se pode negligenciar um aspecto que está no cerne de toda a experiência civilizatória brasileira: a sociedade mineira era radicalmente partida. O fausto dos casarões e igrejas, das primorosas escultura e arquitetura barrocas, das finas sedas e das louças importadas da Metrópole vinha às custas do suor e do sangue da população escrava trazida da África para se acabar nas minas e rios em busca do ouro negro, assim chamado em virtude do seu aspecto em estado bruto, mas que bem poderia ser essa denominação tributária da cor da pele daqueles que o extraíam dos veios da terra. Essa divisão da sociedade brasileira desde as suas raízes mais profundas reflete-se ainda hoje na partição de nossa realidade lingüística (cf. Lucchesi 2001).

Estima-se que mais da metade da população de Vila Rica era constituída de africanos e seus descendentes endógamos e mestiços. Para além do trabalho braçal, espalhavam-se por toda sorte de ocupação desde amas e serviçais domésticos até a terrível função de capitães-do-mato, verdadeiros caçadores de gente. Alguns poucos, além da alforria, alcançavam o poder e a fortuna, tornando-se inclusive mercadores e traficantes de escravos, como bem o expressa o arquétipo folclórico de Chico Rei (cf. Castro 1990). Nes-

sa sociedade partida, não faltava toda sorte de conflito, sedições, fugas, saques, do lado dos escravizados, e perseguições, capturas, sevícias e castigos brutais e desumanos, do lado dos senhores. Mas, apesar das mais bárbaras punições a que estavam sujeitos, os quilombolas perfaziam mais de cem agrupamentos nas matas e localidades recônditas da Minas Gerais da época.

Toda essa diversidade étnica e cultural não podia deixar de se refletir na realidade lingüística, criando um cenário matizado complexo, e hoje ainda pouco conhecido. Que linguagem se falava nas ruelas da Vila Rica dos setecentos? Qual era o nível de proficiência dos escravos em português? Em que língua(s) se comunicavam entre si? Muito pouco ainda se sabe sobre questões como essas, que muito importam para o conhecimento de nossa história lingüística e para o resgate de um dos aspectos cruciais de nossa identidade: a pluralidade étnica; um aspecto tão violentamente recalado nas representações de nossa sociedade, como eram punidos na época os negros fujões – note-se que sintomaticamente os africanos e seus descendentes não constam da descrição da sociedade de Vila Rica do jesuíta Antonil citada acima, apesar de constituírem estes a maioria da sua população.

Desse tipo de recalque resulta a escassez de documentação acerca da vertente afro-brasileira de nossa cultura. Pouco se sabe acerca da proporção étnica dos escravos trazidos de África e como eles se distribuíram pelo território brasileiro; menos ainda sobre as línguas que falavam. Não se sabe nem ao certo quantos africanos o tráfico negreiro trouxe para o Brasil, as estimativas vão desde pouco mais de três milhões (Simonsen 1937) até a exagerada cifra de treze milhões (Calógeras 1927).

Tudo isso só vem aumentar o valor de um manual de conversação da língua utilizada entre boa parte dos escravos de Vila Rica, escrito entre 1731 e 1741, por Antônio da Costa Peixoto, “cidadão português, natural de Entre-Douro-e-Minho, de quem pouco se conhece”. Sabe-se, porém, que Costa Peixoto “deve ter chegado à antiga Vila Rica (...) nas primeiras décadas do século XVIII, entre tantos outros aventureiros, sonhando enriquecer nos garimpos”. Lá se tornou “um branco ladino”, aprendendo “o falar mina” da escravaria local “com curiosidade e desvelo”. Tal curiosidade e desvelo produziram “um dos raros documentos lingüísticos e o mais importante do tempo da escravidão no Brasil. Pelo seu caráter polivalente, além de oferecer subsídios de interesse, também, para a lingüística e dialetologia africanas, (...), reúne elementos verdadeiros para a história e a

sociologia do negro brasileiro nos tempos coloniais”, pois Costa Peixoto “terminou por retratar, por intermédio do que as palavras descrevem, usos e costumes da vida cotidiana, conflitos entre senhores e escravos, atividades profissionais e comerciais, incluindo a prostituição da mulher negra na cidade de Ouro Preto daquele século”.

O manuscrito *per se* já nos traz a importante informação de que, pelo menos entre si, boa parte dos escravos de Vila Rica utilizava uma língua de base ewe-fon (que Castro denominou de mina-jeje). Essa situação pode esclarecer um ponto importante acerca da história sociolingüística do Brasil: por que o português não se criouliizou na boca dos afro-brasileiros? O emprego de línguas francas africanas entre os escravos seria um fator que teria inibido a pidginização e criouliização do português no Brasil, pois tais processos dependem crucialmente da socialização da língua alvo entre os falantes do substrato (cf. Lucchesi 2000). Para além da pouca proficiência em português, o recurso à sua língua nativa poderia constituir um expediente dos escravos para evitar que os senhores e capatazes pudessem ter acesso ao conteúdo de sua interação verbal. Poderiam, assim, tramocar com mais segurança motins, saques, assassinatos ou fugas. Essa dimensão dramática da luta entre senhores e escravos na sociedade mineira se manifesta já no prólogo do manuscrito, quando Costa Peixoto revela a sua intenção de inibir esse expediente da escravaria pois “se todos os senhores de escravos, e hinda os que os não tem, souvecem esta lingoage não sucederão tantos insultos, ruhinas, estragos, roubos, mortes, e finalm.<sup>te</sup> cazos atrozes, como m.<sup>tos</sup> miseraveis tem exprementado : que me parece de alg~ua sorte se poderião evitar a alguns destes descomsertos, se ouvece maior curuzid.<sup>e</sup> e menos preguisa, nos moradores, e abitantes destes payses”. Ficamos, então, sabendo que, para além da tensão social entre senhores e escravos em Vila Rica, boa parte destes últimos provinha do oeste africano, da Costa da Mina, e pertenciam ao grupo lingüístico ewe-fon da família kwa. Essa e muitas outras valiosas informações contidas nos manuscritos nos chegam através do minucioso estudo e na ampla interpretação de Yeda Pessoa de Castro.

O manuscrito não era inédito. Já havia sido publicado por Luís Silveira, com comentário filológico de Edmundo Correia Lopes, em Lisboa, em 1945, com a chancela da Agência Geral das Colônias. Porém, deve-se ressaltar, para além do primor da edição brasileira que agora vem à luz – ricamente ilustrada com mapas, gráficos, gravuras da época e fotografias –,

todos os aportes que a autora traz à sua edição, e que tornam o livro uma importantíssima contribuição para o conhecimento e divulgação da história sociolingüística do Brasil.

Doutora em Línguas Africanas pela Universidade de Lumbumbashi, na República Democrática do Congo, Yeda Pessoa de Castro foi ainda professora visitante nas Universidades da Nigéria, Ibadã e Ifé, e *Honorary Research Associate* do Instituto de Estudos Africanos e assistente do Departamento de Língua Iorubá. Já tendo publicado, em 2001, *Falares Africanos na Babia: um vocabulário afro-brasileiro*, Pessoa de Castro mobiliza os seus conhecimentos de africanista e etnolingüista para oferecer ao leitor brasileiro muito mais do que uma edição do manuscrito de Costa Peixoto. Para além da edição do manuscrito (que contempla: a descrição do vocabulário da língua mina, um estudo dos apelativos nele contidos, a descrição de suas áreas temáticas, e a interpretação sócio-histórica e antropológica de seus diálogos), o livro ainda nos oferece um mapeamento lingüístico da África, um estudo em que a autora se baseia para propor a denominação mina-jeje e uma análise estrutural da língua fon. Mas não é só isso, o volume se encerra com as deliciosas narrativas daomeanas e a extraordinária história de Rachel Pringle, sob título de ANEXOS, que bem poderia ser substituído por *Brindes ao Leitor*.

Com base na classificação de Greenberg (1963), pode-se dividir as aproximadamente 1900 línguas africanas em quatro troncos lingüísticos: congo-cordofaniano, nilo-saariano, afro-asiático e coissã. O tronco congo-cordofaniano se divide em duas grandes famílias: niger-congo e cordofaniano. A primeira, que reúne mais de mil línguas com cerca de 260 milhões de falantes, interessará mais diretamente à história lingüística do Brasil, pois a maioria dos escravos trazida pelo tráfico negreiro para cá pertencia a dois de seus ramos: os das famílias lingüísticas banto e kwa, todas de línguas tonais; sendo que a última exhibe uma heterogeneidade lingüística muito maior do que a primeira.

Do domínio banto, que recobre toda a extensão do continente africano abaixo da língua do Equador, têm maior relevância, para a compreensão das implicações lingüísticas do processo de escravidão no Brasil, “três línguas litorâneas – umbundo, quimbundo (Angola) e quicongo (Angola e Congo-Bazaville) –, conseqüência da precedência temporal dos seus falantes, densidade demográfica e amplitude demográfica da sua distribuição

humana em território brasileiro durante quatro séculos consecutivos (cf. Pessoa de Castro 2001)”.

“Quanto aos oeste-africanos, tradicionalmente chamados de sudaneses, destacaram-se no Brasil, pela preponderância numérica entre outros procedentes da mesma região, os de língua iorubá e do grupo ewe-fon, pertencentes à família lingüística kwa, termo que significa ‘homem’ em muitas dessas línguas”. Os escravos desse grupo teriam entrado predominantemente pelo porto da Cidade da Bahia, e predominado nesta Província, em virtude do comércio que esta estabeleceu com os entrepostos da Costa da Mina, através do qual os escravos eram adquiridos em troca de aguardente e do fumo do Recôncavo Baiano. Da Bahia também seriam recambiados para as Minas Gerais durante o ciclo do ouro, o que explicaria a sua forte presença em Vila Rica nas primeiras décadas do século XVIII. Entretanto, os escravos do grupo banto, que entravam no Brasil principalmente pelo porto do Rio de Janeiro e daí eram comercializados com todas as demais Províncias, acabaram por ser hegemônicos na maior parte do território brasileiro.

Concentrando-se no grupo ewe-fon ou gbe – que certamente constitui o objeto lingüístico da cartilha de Costa Peixoto –, Yeda Pessoa de Castro adota a denominação *mina-jeje*, e situa dialetologicamente esse grupo desde a língua adjá até as suas variantes adjá-ewe e adjá-fon. Nessas variantes, essas línguas teriam predominado na chamada Costa da Mina e seus falantes teriam sido trazidos pelo tráfico negreiro para o Brasil em grande número desde a segunda metade do século XVII até o século XIX. No Brasil, “esses povos receberam diferentes denominações, tais como mina, jeje, ardra, aladá, lada, lano (de aladano), uidá, mahi, maí, maki, makim, marri, mundubi, modobi ou butubi, savalu, sabaru ou cavalo, anexô ou nejô, cobo ou cobu, uma etnomínia que nos leva à conclusão de que o antigo Daomé teria fornecido ao Brasil (...) contingentes maiores de mão-de-obra servil do que aqueles originários do Togo e de Gana”. Com base nessas designações, Yeda Pessoa de Castro empreenderá um escrutínio dos registros históricos e etnolingüísticos, bem como dos seus reflexos culturais (sobretudo na linguagem litúrgica dos terreiros) que nos revelem a trajetória da presença do grupo etnolingüístico *mina-jeje* no Brasil. Ficamos sabendo, assim, que “na documentação brasileira, o termo *jeje* aparece a partir de 1702 nos inventários do Arquivo Público do Estado da Bahia, suplantando logo em seguida a denominação *mina* até o fim do registro em

1860”. Podemos acompanhar também a polêmica acerca da controversa origem do termo, até a constituição de um quadro lexical comparativo em que as designações encontradas no manuscrito de Costa Peixoto são cotejadas com registros vocabulares de Nina Rodrigues, em seu pioneiro estudo antropológico realizado na Salvador do final do século XIX, e com os itens correspondentes no léxico atual da língua fon.

A edição do vocabulário de Costa Peixoto é acompanhada de um extenso estudo dos apelativos nele contidos. No levantamento feito pela autora, são encontrados quatro termos que se referem “à origem étnica e/ou à procedência geográfica do negro africano em Vila Rica, no momento em que a cartilha foi escrita”: *gamlimno*, *cóbù*, *guno* e *aglono*. Também são encontrados os apelativos locais *melandutó* e *agudá*. O primeiro, que significa ‘antropófago, selvagem, insubmisso’, era usado pelos falantes da língua mina para se referirem aos índios da floresta mineira, o que revela a imagem negativa dos silvícolas brasileiros entre a escravaria africana. Já o apelativo *agudá* se refere aos brasileiros, inclusive descendentes de escravos, que implementaram, a partir do século XVIII, o tráfico negreiro no Golfo do Benim, através do comércio com o tabaco produzido na região do Recôncavo baiano. “Esses brasileiros ganharam o apelido local de *agudá*, isto é, brasileiros vindo da Bahia”, tanto o é que Costa Peixoto traduz o termo como “a Bahia”. Vale salientar que, segundo Pessoa de Castro, o manuscrito constitui “o mais antigo registro do termo na historiografia do tráfico”. Há ainda um estudo sobre “a influência marcante dos *agudás* em aspectos de vida material e espiritual dos povos de língua gbe e iorubá no Benim e da Nigéria”, através de uma descrição das palavras do português que penetraram nas línguas locais, e que recobrem diversas áreas semânticas, tais como a religião, família e vestuário.

No plano da religião ewe-fon, a autora identifica no manuscrito a palavra *Leba* (do fon *Légbà*), que remete à “mais poderosa entidade do povo adjá-fon”. Entretanto, na cartilha de Costa Peixoto, o termo é traduzido por ‘demônio’, em função da imposição da ideologia cristã.

Segue-se ao estudo dos apelativos, uma análise dos diálogos contidos no manuscrito de Costa Peixoto, que “retratam o ambiente social de Vila Rica no século XVIII, durante o auge da prospecção de ouro e conseqüente aumento da demanda de mão-de-obra escrava na região”. Em sua análise, a autora focaliza: “a) o enfrentamento nas relações humanas entre



senhores e negros, escravos fugidos ou forros; b) seu processo de socialização; e c) suas atividades profissionais e econômicas.”

Os diálogos recobrem variadas situações do universo social e cultural da sociedade mineira do século XVIII, sendo retratados desde diálogos entre um capitão-do-mato e escravos fugitivos até fórmulas sociais de visitação. Os diálogos também estão polarizados em dois planos opostos da vida social em Vila Rica: a igreja e a venda. “No primeiro plano, de caráter oficial e prestigioso, socialmente reconhecido, está a ‘cristianização’ do negro, por intermédio do sacramento do batismo e do casamento. No plano oposto e marginal, de economia dita subterrânea, o comércio praticado na venda, incluindo o contrabando e a prostituição de mulheres negras”. Vale destacar aí as instruções dialógicas que o manuscrito oferecia aos portugueses que quisessem se relacionar com as escravas que se prostituíam. Nesse aspecto, a edição brasileira excede a portuguesa, pois, enquanto Pessoa de Castro traduz integralmente esses diálogos chulos, na edição portuguesa eles são censurados.

Os diversos aspectos do universo cultural da sociedade mineira do ciclo do ouro também podem ser vistos pelas áreas temáticas recobertas pelo vocabulário de Costa Peixoto, que recobrem, entre tantas: o corpo humano e as doenças, a família e a sexualidade, a vestimenta e os adornos, as bebidas e comidas, a fauna e a flora, os ofícios e profissões, etc.

O volume se encerra com um estudo da língua fon, centrado na morfologia e na sintaxe, com base nos registros de Costa Peixoto e da tradição litúrgica afro-brasileira. A autora finaliza o estudo, com uma lista de verbos e modificadores, e com um vocabulário da linguagem religiosa, em que são coligidas diversas fontes – para além do manuscrito, e onde estão contidas “palavras que descrevem a organização sócio-religiosa do grupo, os objetos sagrados, a cozinha ritualística, cânticos, saudações e expressões referentes a crenças, costumes específicos, cerimônias e ritos litúrgicos”. Para além do seu valor documental, o vocabulário é precedido de uma esclarecedora introdução.

Portanto, podemos concluir esta resenha afirmando que, como na fábula da sopa de pedra, Yeda Pessoa de Castro, a pretexto de fazer uma edição do manuscrito de Costa Peixoto, acaba por oferecer ao leitor brasileiro um lauto banquete, em que são servidas as mais finas e variadas iguarias da formação etnolingüística do Brasil.



E-mail: dante@ufba.br  
Recebido em novembro de 2003  
Aprovado em janeiro de 2004

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIL, André João. 1955. *Cultura e Opulência do Brasil*. Salvador: Progresso Editora.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. 1927. *Formação Histórica do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1957.
- CANDIDO, Antonio. 1975. *Formação da Literatura Brasileira*. 8 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. 1990. Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos. In: Linalda Arruda MELLO (Org.) *Sociedade, Cultura & Língua*. João Pessoa: Shorin.
- \_\_\_\_\_. 2001. *Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks Editora.
- GREEMBERG, Joseph. 1963. *The Languages of Africa*. Bloomington: Indiana University.
- LOPES, Edmundo C. 1945. Os trabalhos de Costa Peixoto e a língua ewe no Brasil. In: Luís Silveira. Ed.. *Obra Nova de Língua Geral de Mina de Antônio da Costa Peixoto*. Lisboa: Agência Geral das Colônias.
- LUCCHESI, Dante. 2000. O português se teria crioulezado no Brasil? – refletindo sobre uma velha questão. *ABP*, Frankfurt, 2: 25-43.
- \_\_\_\_\_. 2001. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil. *D.E.L.T.A.* 17/1: 97-130.
- MERQUIOR, José Guilherme. 1977. *De Anchieta a Euclides*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- SIMONSEN, Roberto. 1937. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2 vols.